

Trunfo de Ulysses é a Carta

Uma boa Constituição é o caminho para o Planalto em 88

TARCISIO HOLANDA
Repórter Especial

Ulysses Guimarães é o mais forte candidato do PMDB a Presidente da República se a eleição for marcada para 1988, segundo um consenso que se forma entre as principais lideranças do partido. Se a eleição presidencial for fixada em 1989, como quer o Presidente e os seus principais auxiliares e amigos, Ulysses terá dificuldades para sair candidato, com o surgimento de um forte concorrente — o governador de São Paulo, Orestes Quercia.

O projeto político do presidente do PMDB fundamenta-se na promulgação da nova Carta Constitucional e na manutenção da precária unidade de seu partido, obrigado a atravessar o mar tempestuoso de uma crise econômico-social com um calendário que prevê eleições para renovação dos diretórios partidários a partir de março e um pleito municipal para escolha, inclusive, dos prefeitos de 23 capitais.

INCONTRASTÁVEL

Ulysses ocupa, atualmente, posição incontestável em seu partido e no mundo político. Ele é o símbolo da luta travada contra o regime autoritário para o restabelecimento das liberdades públicas e individuais. Tendo atingido a presidência do PMDB depois da fragorosa derrota eleitoral que o partido sofreu para a falecida Arena, em 1970, reconstruiu a legenda para que ela crescesse até se transformar no maior partido que o País já conheceu.

Esse crescimento vertiginoso, esse "inchaco", trouxe também muitos problemas, na medida em que aprofundou o fosso ideológico em seus quadros, como ficou demonstrado através dos conflitos suscitados pela elaboração do novo texto constitucional.

Os parlamentares comprometidos com a história de lutas políticas e sociais do partido se inquietam com a sua descaracterização, provocada pela adesão em massa de políticos conservadores, freqüentemente oriundos da Arena e do PDS. Essa luta interna no PMDB, cujas contradições se aguçaram desde a formação do Centrão, aumentam as dificuldades de Ulysses em conservar o partido unido para os futuros e importantes embates eleitorais.

O apoio que o partido emprestou ao Governo concorreu para que sofresse profundo desgaste perante a opinião pública. O eleitorado, eufórico com o tabelamento de preços do Plano Cruzado I, considerou-se vítima de um engodo eleitoral com o Cruzado II. O partido e o dr. Ulysses foram acusados de crime de esteionato eleitoral.

Hoje, o presidente do PMDB é o símbolo do político brasileiro, cuja imagem deteriorou-se até chegar aos níveis mais baixos em nossa história. Ulysses Guimarães, que chegou a ser chamado carinhosamente de "Dr. Diretas", amarga índices de popularidade negativos, disputando com o Pre sidente da República os lugares mais baixos nas pesquisas de opinião promovidas pelos institutos especializados.

O experimentado político paulista confia em que a promulgação da nova Carta Constitucional seja acontecimento capaz de lhe devolver as graças da popularidade, habilitando-o a se transformar novamente no grande candidato a Presidente da República dentro de seu partido, capaz de

afastar a ameaça representada pela ascensão contínua do governador Orestes Quercia.

Embora negue qualquer aspiração a uma candidatura, Quercia é apontado como forte alternativa em seu partido, pela sua condição de governador do Estado mais importante do País. Ele já conseguiu atrair o apoio do presidente da Fiesp, Mário Amato, e, à boca pequena, murmura-se que já é cortejado pelo poderoso diretor-presidente das Organizações Globo, Roberto Marinho.

Ulysses tem naturalmente outros competidores no PMDB, a começar pelo ex-governador Franco Montoro, que agora engrossa o movimento do antigo adversário de Ulysses no partido. Os dois sempre estiveram envolvidos em permanente emulação e nunca tiveram relacionamento pessoal sequer cortês.

Por coincidência ou não, o grupo histórico, que tem à sua frente, ainda, os líderes do PMDB no Senado e na Constituinte, senadores Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas, incomoda mais o governador Orestes Quercia e o presidente do partido. Montoro sempre teve relacionamento difícil também com o seu sucessor no governo de São Paulo.

Considerado o mais habilidoso político brasileiro, um legítimo remanescente da velha e competente escola do extinto PSD, o deputado paulista tem tudo para vencer os obstáculos que são colocados à sua frente. Ele é a única liderança que ainda consegue transitar com facilidade da esquerda para a direita do partido. Muitos parlamentares insuspeitos, como o pernambucano Egídio Ferreira Lima, encaram-no como a única semente do PMDB, a única que pode evitar um racha definitivo em seus quadros.

Ulysses acompanha com preocupação o movimento do grupo histórico, ele que conviveu pendularmente, aos tempos de Tancredo, com os conflitos entre autênticos e Moderados no antigo MDB. Ele sabe que a esquerda constitui o que hoje se chama o sal do partido, o núcleo que é responsável pelo seu charme eleitoral.

Sem a presença da esquerda em seus quadros, a opinião geral é a de que o PMDB se transformaria em um novo Arenão, em um partido que cresceu impulsionado por determinadas circunstâncias históricas e que logo entrou em processo de decadência irremediável e também definitiva. Assim mesmo, Ulysses também não tem qualquer interesse pelo projeto dos históricos de expelir do partido moderados e conservadores.

O político paulista trabalha para que o partido conserve suas gigantescas dimensões, reduzindo ao mínimo possível as defecções de um lado e de outro. Por isso mesmo, ao saber que Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas cogitavam de abandonar a legenda, se não conseguisse fazê-la retornar às suas origens, comentou: "Quem sair perde a atual imagem".

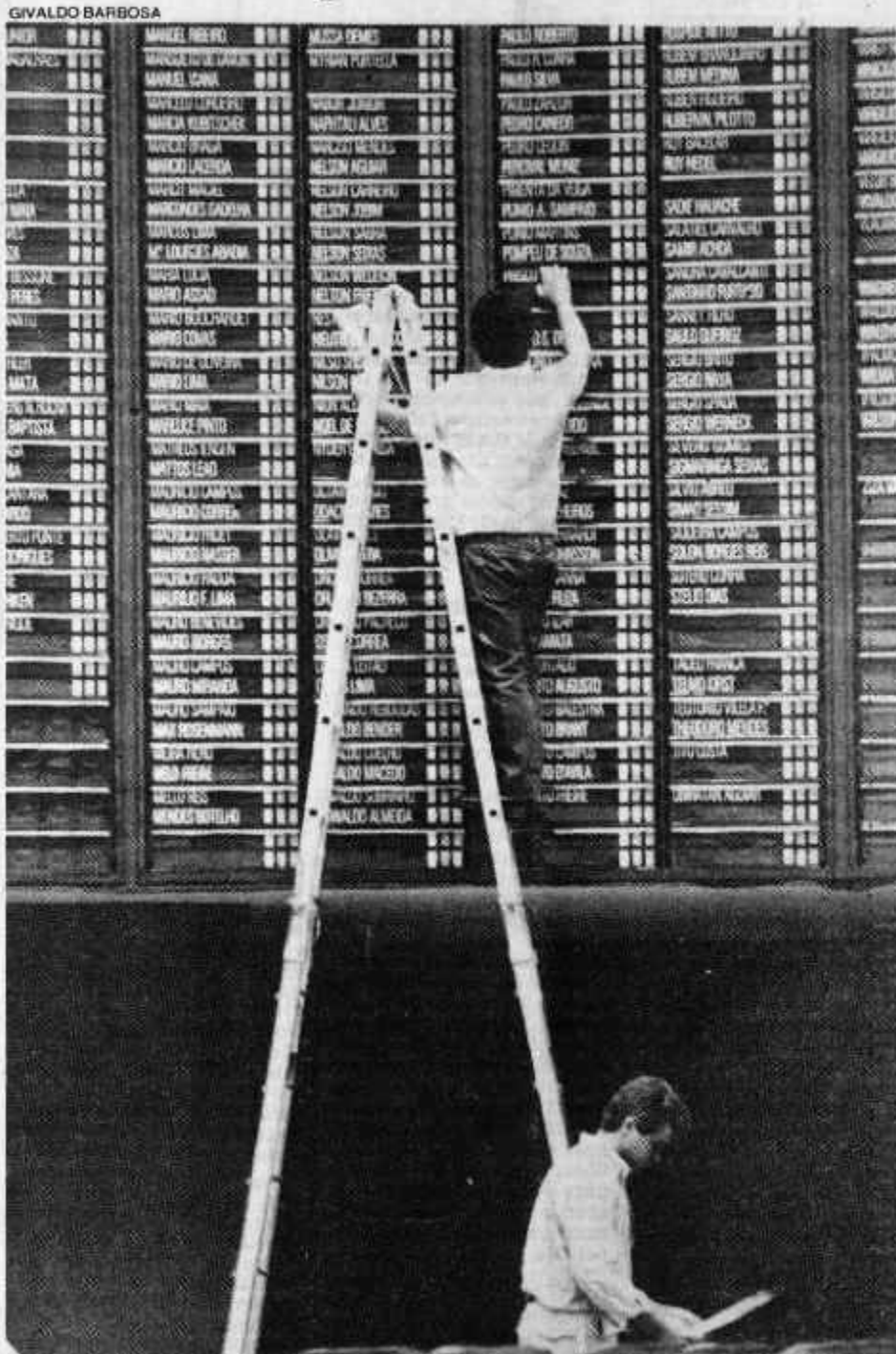
Segundo a visão de alguns dos seus amigos e aliados, Ulysses Guimarães trabalha para que seja promulgada uma Constituição razoável, do ponto de vista político, econômico e social. Depois se envolverá no processo de renovação dos cargos de direção dos diretórios partidos e, em seguida, poderá articular sua candidatura a Presidente da República para sair consagrado em uma Conveção Nacional.

Simon quer campanha só depois da Carta

Porto Alegre — O governador Pedro Simon (PMDB) alertou ontem que o mais importante no momento é "dar força total" à Constituinte, votando e publicando logo a nova Constituição. Por isso, posicionou-se contra o lançamento de candidatura à sucessão do presidente José Sarney agora, como também a convocação de uma convenção do PMDB. Simon argumentou que lançar candidaturas nesta hora só serviria para tumultuar e prejudicar o andamento dos trabalhos da Constituinte, que passaria a ser pressionada e influenciada pelos eventuais candidatos. Além do mais, o governador acha que, lançando seus nomes, o

PMDB estará deflagrando o processo sucessório. Para Simon, os outros partidos até podem fazer isso, pois já têm seus candidatos naturais, mas o PMDB não, justamente porque seria responsável pela deflagração do processo.

Para justificar esse seu temor, citou o pronunciamento de próprio presidente José Sarney contra a reforma tributária, sob a alegação de que desmonta a união, "quando todos sabem que ela é imprescindível para a sobrevivência da federação". O governador acredita que isso é bom exemplo do que o processo sucessório pode causar de influência à Constituinte.



O painel eletrônico: reduzindo a cota votação, de uma hora, para 10 minutos

Votação eletrônica já apressa a Constituinte

MARBA FURTADO
Da Editoria de Política

Quem presenciou o primeiro teste realizado com os 93 membros da Comissão de Sistematização, em 16 de outubro, para utilização do sistema eletrônico de votação, considerou uma tarefa quase impossível colocar este equipamento em funcionamento com os 559 constituintes em plenário. Na terça-feira passada, quando 400 destes parlamentares votaram a mudança do Regimento Interno, o sucesso da operação desfez as piores expectativas neste sentido e, em nome da agilização dos trabalhos constitucionais, o sistema foi finalmente consagrado como rápido e eficiente.

Foi a primeira vez que o sistema eletrônico teve sua capacidade máxima utilizada, colocando em operação o programa que prevê os votos dos 559 constituintes. Durante um mês — de 16 de outubro a 17 de novembro do ano passado — a programação foi adaptada para a Comissão de Sistematização, não incluindo os suplentes dos 93 titulares, que eram chamados nominalmente após a computação dos votos. Mesmo assim, o tempo de votação foi reduzido em média até sete minutos. O senador José Fogaça (PMDB/RS), relator substituto da Sistematização, que fazia naquela etapa as chamadas nominais mais rápidas, variava de 9 a 12 minutos sua tarefa; com o sistema eletrônico, os resultados chegaram a ser dados em cinco minutos.

Maior trabalho teria o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP), 3º secretário da Constituinte e o mais rápido na chamada nominal dos 559 membros da Assembleia. Com sua prática

de radialista, ele conseguiu chamar a extensa lista em um tempo médio de 40 minutos, mas lembra que esta mesma tarefa já foi feita em até uma hora. Arnaldo diz que se for preciso continua fazendo chamadas nominais, mas considera que isto é muito desgastante para o plenário.

Para Arnaldo Faria de Sá, o sistema eletrônico proporciona votações mais democráticas. Ao contrário da chamada nominal, ele acha que o voto eletrônico deixa de induzir alguns constituintes a votarem de acordo com tendência diferente dentro do plenário. "Ele acaba com o voto de ganhar ou de perder, que leva alguém a votar de outra forma só porque a chamada vai indicando o resultado e sua participação não vai alterar a aprovação ou a rejeição da matéria. Acaba com o voto demagógico e com o voto de marcar posição, o voto passa a ser espontâneo".

Da Sistematização para o plenário da Constituinte o tempo gasto em cada votação não vai ser muito diferente, dependendo apenas do número de votantes que deixar de registrar o voto por erro de digitação ou por falta de posto de votação. Se os 559 estiverem presentes, 100 não terão acesso imediato ao sistema. Há 454 lugares no plenário e cinco na Mesa unidos do equipamento. Os constituintes que ficarem sem votar utilizarão quatro postos avulsos de votação colocados à frente da Mesa onde, em fila, eles passarão a acrescentar novos números e nomes ao painel eletrônico.

Nas duas votações de terça-feira, depois de dois testes realizados com o plenário que aguardava a apreciação dos destaques do PT e do PDT, os resulta-

dos foram satisfatórios. Cada matéria foi votada em 10 minutos. Na primeira, dos 394 constituintes presentes, 62 erraram a manipulação do equipamento e votaram nos postos avulsos; na segunda, com o número de presentes aumentado para 400, apenas 34 deixaram de votar em suas bancadas. A expectativa dos três técnicos que acompanham os parlamentares em plenário, é de que com a prática desta operação os erros desapareçam. Naquele dia os profissionais da AEG (empresa que instalou o sistema) enfrentaram ainda outro problema: mais de 50 constituintes esqueceram de seus números de código e recorreram a eles para obtê-los.

O sistema eletrônico do plenário da Câmara dos Deputados foi utilizado em 337 votações na Comissão de Sistematização. Durante este período, foram realizados 128 testes com o equipamento, o que será feito sempre antes de cada sessão, pelos próprios técnicos. Mas a segurança do sistema não é só garantida pela manutenção constante, pois o equipamento já foi concebido à prova de "planistas" (deputados que votavam em duas mesas simultaneamente).

Cada constituinte tem seu próprio número de código composto de cinco algarismos, sendo três da carteira parlamentar (os senadores têm só dois mas acrescentam a esta dezena o número 8) e dois que representam a senha particular. Para operar o código, acionar e registrar o voto, todos devem usar as duas mãos e só é possível um constituinte votar pelo outro se souber a senha do companheiro. Neste caso, teria que votar em sua bancada e depois no posto avulso (sem ser descoberto).

Deputados querem ativar Câmara

O deputado Adolpho Oliveira (PL-RJ) fez um apelo ontem à Mesa da Câmara dos Deputados para que, nas próximas duas semanas, aquela casa promova sessões diárias. Justificou que a Assembleia Nacional Constituinte irá passar por um período de pausa porque, atualmente, está em vigor o prazo para apresentação de emendas e, na semana seguinte, o relator irá trabalhar na elaboração do parecer. Devido ao acúmulo de

materias que ainda precisam ser apreciadas pelos deputados, Adolpho afirmou que não via nenhum inconveniente na convocação de sessões diárias da Câmara. O deputado afirma que nesses próximos 15 dias, os constituintes poderiam adiantar muito os trabalhos da Câmara em sessões diárias até o dia 26 de janeiro porque no dia 27 já terão início as votações no plenário da Constituinte. Sobre a convocação extraordinária do Congresso,

que irá se estender até o próximo dia 28 de fevereiro, o deputado Avelino Motta (PDS-RS) defendeu da tribuna da Câmara o não pagamento de ajuda de custos para os parlamentares durante esse período. Lembrou que todos os congressistas já estavam compulsoriamente convocados por causa da Assembleia Nacional Constituinte e, por isso, encaminhou à Mesa um projeto de resolução dispensando o pagamento dessa ajuda de custos.